

ESTUDO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DA SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO TOCANTINS, BRASIL.

JUCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE, JOEDSON BRITO DOS SANTOS, CLEIVANE PERES REIS, JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA FREIRE, PAULO CLÉBER TEIXEIRA MENDONÇA y LAYANNA GIORDANA BERNARDES LIMA.

Cita:

JUCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE, JOEDSON BRITO DOS SANTOS, CLEIVANE PERES REIS, JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA FREIRE, PAULO CLÉBER TEIXEIRA MENDONÇA y LAYANNA GIORDANA BERNARDES LIMA (2017). *ESTUDO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DA SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO TOCANTINS, BRASIL. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/576>

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DA SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO TOCANTINS

Juciley Silva Evangelista Freire

Joedson Brito dos Santos

Cleivane Peres dos Reis

José Carlos da Silveira Freire

Paulo Cléber Teixeira Mendonça

Layanna Giovanna B. Lima

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a relação Educação, Pobreza e Desigualdade Social, a partir de uma perspectiva sócio histórica. O objetivo central é apreender essa relação nas políticas educacionais desenvolvidas no sistema público de ensino do Estado do Tocantins. O projeto de pesquisa está inserido nas atividades do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), por meio da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania (DPDHUC) e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (CGAIE), com colaboração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Partimos do pressuposto que o aprofundamento das desigualdades sociais tem posto desafios às políticas educacionais e à sua materialização nas escolas públicas do Tocantins, que sugere uma alteração do significado da organização do trabalho pedagógico da escola pública, bem como ampliam os objetivos e as finalidades da educação no sentido de propiciar a inclusão das crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, a pesquisa está sendo orientada pelas seguintes questões norteadoras: Quem são, onde e como vivem os alunos em situação de pobreza e extrema pobreza no estado do Tocantins? Como as políticas educacionais pensam ou articulam esses sujeitos, seus contextos e media o enfrentamento dessas condições? E como as crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família são incluídas no processo educativo?

Em síntese, o problema que nos orienta é saber como as políticas educacionais no estado do Tocantins pensam os alunos em situação de pobreza e extrema pobreza no

sentido da garantia do direito à educação das crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Considerando essa problemática, o objetivo geral que se propõe é o de apreender essa relação no planejamento das políticas educacionais desenvolvidas no sistema público de ensino do Estado do Tocantins, tomando como referencia o acompanhamento escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, política de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza desenvolvida pelo governo federal desde o ano de 2003. Essa política social possui condicionalidades para o recebimento do benefício, dentre elas o acompanhamento da frequência escolar das crianças beneficiárias.

Para a consecução deste objetivo geral, buscamos identificar a realidade socioeconômica e educacional do Estado do Tocantins no período de 2010 a 2015; caracterizar o perfil socioeconômico e educacional dos alunos beneficiários do Bolsa Família matriculados na escola pública de educação básica do Tocantins; identificar e analisar no Plano Estadual de Educação (2016-2026) e nos Planos Municipais de Educação quais são as políticas propostas para a garantia do direito à educação dos sujeitos em situação de pobreza e extrema pobreza; e, por último, verificar nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas selecionadas as orientações e ações direcionadas ao tratamento educacional dos alunos em situação de pobreza, sobretudo aqueles beneficiários do Bolsa Família.

Para o entendimento desta problemática fundamentamos nossos estudos em referencial teórico que estabelece relação entre Educação, Pobreza e Desigualdade Social (ARROYO, 2010; YANNOULAS, 2012, 2013; DUARTE, 2011, 2013) estes últimos considerados como produto das relações sociais capitalistas (MÉSZÁROS, 2011; PICKETTI, 2014; TONET, 2005, 2016).

A produção da pobreza e da desigualdade social tem enraizamentos sociais, políticos e econômicos profundos e complexos. As desigualdades são de várias ordens e formas, vão desde as condições de vida, passando pela questão das formas precárias de trabalho e de sobrevivência, até as desigualdades de raça, cor e gênero. Todavia, as políticas sociais, segundo Arroyo (2010), têm partido de uma visão moralista da pobreza e da fome, implementando políticas compensatórias de carências morais, de valores, de atitudes, com avanço na “imagem do Estado e da escola pública como moralizadores dos coletivos marginais” (p. 1390). No sistema educacional formal as

desigualdades sociais tornam-se mais visíveis, pois, de acordo com Arroyo (2010), “são os mais desiguais dos desiguais que vão chegando às escolas populares” (p. 1393).

Para Carlos Roberto Jamil Cury (2002, p.179), uma das determinantes da situação sócio econômica e educacional brasileira é

a extrema desigualdade socioeconômica que atende pelo nome de pobreza ou de miséria e significa a exclusão histórica e atual de um número significativo de estudantes provindos de famílias de baixa renda. Essa desigualdade, hoje medida por vários instrumentos de análise (do tipo IDH), faz com que haja problemas na escola e que não são da escola e por isso mesmo não é desprezível o impacto desta situação de fato sobre o conjunto do sistema educacional. Se 35 milhões de alunos estão matriculados no ensino fundamental, só 9 milhões estão no ensino médio, dos quais apenas 1,8 milhão concluem essa etapa do ensino. É de se perguntar se se pode desconsiderar a desigualdade socioeconômica como geradora remota das dificuldades próximas que afetam o desempenho intra-escolar dos alunos.

Nesse contexto, novas tarefas são demandadas para a escola. A educação passa a atuar como elo orgânico entre as políticas educacionais e as políticas sociais, o que, segundo Yannoulas (2013), modifica os sentidos da estrutura da escola.

Algumas políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), se relacionam com a educação condicionando o recebimento do auxílio à matrícula e frequência escolar da criança ou jovem cuja família se enquadra no critério de renda estabelecido (BRASIL, 2016a). Para receber o benefício do PBF, as famílias devem manter as crianças e jovens frequentando regularmente a escola.

A presente pesquisa objetiva apreender os desdobramentos da relação educação, pobreza e desigualdade social nas políticas educacionais no Tocantins, considerando os sujeitos beneficiários do Bolsa Família no Estado matriculados no sistema público de educação básica.

Metodologia

Estão sendo realizadas pesquisas nas bases de dados do IBGE, do PNAD, do Censo Escolar e do IDEB em busca dos índices sobre renda, trabalho, gênero e educação no TO, no período entre 2010 e 2015. Esses índices serão confrontados com os dados do Sistema Presença, do MEC, Prova Brasil e dos relatórios da Seduc/TO sobre o perfil dos alunos matriculados nas escolas públicas do Estado do Tocantins. Na pesquisa documental serão analisados o Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação dos dois municípios tocantinenses com maior número em

termos absolutos e os dois maiores em termos relativos ao total de habitantes de famílias beneficiárias do PBF, a fim de investigar como a gestão e o planejamento das políticas educacionais incorporam o debate e propõem o enfrentamento da relação educação, pobreza e desigualdade social.

Os dados levantados serão analisados com base no referencial teórico que trata da relação Educação, Pobreza e Desigualdade Social e dos determinantes sócio históricos da produção e reprodução das desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo.

Resultados e Discussão

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003, foi criado pela Lei nº10.836 de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. Está estruturado em três eixos principais de atuação: i) diminuição imediata da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; ii) reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, contribuindo para que as famílias rompam com o ciclo da pobreza entre gerações; iii) integração com outras ações e programas do governo (nas três esferas) e da sociedade, apoiando as famílias a superarem a situação de vulnerabilidade e pobreza (CRAVEIRO E XIMENES, 2013)

O Programa Bolsa Família (PBF) se relaciona com a educação condicionando o recebimento do auxílio à matrícula e frequência escolar da criança ou jovem cuja família se enquadra no critério de renda estabelecido, ou seja, “famílias com renda por pessoa de até R\$ 77,00 mensais ou famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos” (BRASIL, 2016).

No que concerne ao acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família, Craveiro e Ximenes (2013) e esclarecem que

o acompanhamento da frequência escolar se dá entre os estudantes de 6 a 17 anos de idade beneficiários de famílias do PBF. Trata-se de uma ação que envolve a coleta, o processamento e o acompanhamento bimestral da frequência escolar, agregando a atuação articulada entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), bem como a participação efetiva de todas as Unidades da Federação e municípios brasileiros (CRAVEIRO E XIMENES, 2013, p. 110).

Para receber o benefício do PBF, as famílias devem manter as crianças e jovens frequentando regularmente a escola. Segundo o MDS, em 2015,

no bimestre de outubro e novembro, dos quase 17 milhões de crianças e jovens acompanhados, 14,9 milhões tiveram a frequência escolar registrada. Deste total, 96% cumpriram o mínimo de presença de 85% (crianças e jovens de 6 a 15 anos) e de 75% (jovens de 16 e 17 anos). (BRASIL, 2016)

No ano de 2015, o Programa Bolsa Família possuía orçamento mensal de mais de 2 bilhões de reais (R\$ 2,3 bi). Segundo o MDS o número de famílias beneficiárias soma 13.996.599. O Nordeste é a região brasileira que possui o maior número de famílias beneficiárias, 7.028.845, recebendo repasses de mais de 1 bilhão de reais. A região Sudeste é a segunda em número de beneficiários, mais de 3 milhões, seguida da região Norte, que possui 1.714.286 famílias que recebem do PBF, totalizando repasses mensais de mais de 300 milhões de reais.

Na região Norte, o Estado do Tocantins é o terceiro em número de famílias beneficiadas com o PBF, ficando atrás apenas do Pará, que possui o maior número de famílias que recebem o benefício, e do Estado do Amazonas. O Tocantins, no ano de 2015, tinha 136.339 famílias beneficiárias, o que corresponde a repasses mensais no valor total de R\$ 22.365.366,00.

No que concerne à condicionalidade educacional do PBF no Tocantins, o Sistema Presença do MEC, que faz o acompanhamento da frequência escolar dos alunos que participam do Programa, informa que no período Outubro/Novembro de 2015, 162.349 crianças e jovens estavam registrados no sistema e destes 158.494, ou seja, 97,6% cumpriram o mínimo exigido de frequência escolar.

Araguaína é o segundo município com maior número de habitantes no Estado, 170.183 (IBGE, 2015), mas o primeiro em número de famílias inscritas no PBF, 12.514. Palmas, a capital, o município com o maior número de habitantes do Estado (272.726 segundo dados do IBGE, 2015) está em segundo lugar na quantidade de famílias beneficiárias do PBF, 11.633. Em relação ao número de crianças e jovens das famílias beneficiárias do PBF que frequentam as escolas públicas em Tocantins, segundo o Sistema Presença, Palmas possui 16.211 alunos nessas condições e destes 15.877, 97,9% cumprem regularmente o mínimo de frequência exigido. Em Araguaína, são 13.927 alunos do PBF e 13.627, 97,8% cumprem a frequência exigida.

Esses são alguns dados preliminares da pesquisa que nos apresentam um quadro geral da situação e da dimensão da população em situação de pobreza e extrema pobreza atendida em seu direito à educação. Esses dados, contudo, ainda não nos informa sobre as condições desse atendimento.

Quadro 1 - Acompanhamento Educação no Estado do Tocantins dos beneficiários do Programa Bolsa Família, no período 2010 a 2015.

ANO	Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	Total de beneficiários com perfil educação (16 a 17 anos)	Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	Famílias que tiveram acompanhamento familiar registrado no sicon*
2010	167.774	147.203	18.129	13.622	15
2011	160.582	141.229	18.995	13.776	35
2012	162.885	146.957	19.548	15.091	461
2013	154.403	146.919	28.136	24.176	1.000
2014	149.353	140.720	34.430	29.344	1.967
2015	142.540	133.438	34.069	28.911	487

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis na Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

*O acompanhamento regular e contínuo das condicionalidades do Bolsa Família permite identificar as famílias com dificuldades em cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde, educação e assistência social, além de mapear os principais problemas vivenciados por elas. O responsável pelo planejamento de ações que visam ao acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades é o gestor municipal do Bolsa Família (MDS, 2017)

O quadro 1 informa a quantidade de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família acompanhados em sua frequência à escola no Tocantins. Percebe-se um contingente alto de alunos 6 a 15 anos, mais de 160.000 em 2010 chegando em 2015 com expressivos 142.540 crianças atendidas pelo Programa. Na faixa etária de 16 a 17 anos temos também um número expressivo de jovens beneficiários (em 2015 34.064) e acompanhados um crescente de 13.622 em 2010 indo para 28.911 em 2015. Esse crescimento justifica-se provavelmente pela mudança de faixa etária daqueles beneficiários que antes compunham a faixa de 6 a 15 anos. Do mesmo modo, percebemos um decréscimo no acompanhamento nos anos de 2010 a 2015 na faixa etária de 6 a 15 anos passando de 147.203 em 2010 para 133.438 em 2015.

Esses dados nos apresentam a extensão quantitativa dos desafios postos às políticas educacionais para o atendimento qualitativo desse público, em específico. Acompanhando os objetivos da pesquisa, pretendemos traçar o perfil desse público e identificar e analisar como o planejamento educacional no âmbito das políticas pensam esses sujeitos e articulam suas necessidades educacionais. O conjunto de dados apreendidos será analisado a partir dos fundamentos sócio históricos dos condicionantes da produção e reprodução das desigualdades sociais e da pobreza e da luta pela ampliação do Direito à Educação no Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Alunos do Bolsa Família cumprem frequência escolar. Brasil: MDS, 2016b. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/fevereiro/alunos-do-bolsa-familia-cumprem-frequencia-escolar>. Acesso em 07/03/2016.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

CRAVEIRO, Clélia B. A.; XIMENES, Daniel de A. Dez anos do programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, Set. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002008000010&lng=en&nr=iso. Acesso em 03 de abril de 2017.

DUARTE, Natália de Souza. política social de educação e o percurso escolar da população em situação de pobreza. 2011. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/drom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0416.pdf>. acessado em 29/03/2015.

DUARTE, Natália de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBPE-INEP*, v. 94, p. 343-363, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3.ed. São Paulo: EDUFAL, 2016.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Literatura recente sobre uma antiga problemática. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 25-65

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.